



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Vice-Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Vice-Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO SR. PRESIDENTE DE CÂMARA**
2. **SUBSTITUIÇÃO NOS TERMOS DO N.º 4 DO ART.º 76.º DA LEI N.º 169/99, REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002**
3. **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO
APRESENTADO PELO SR. PRESIDENTE DE CÂMARA**

697 - O Sr. Vice-Presidente leu a carta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, datada de 19/10/2015, em que pede a suspensão de mandato pelo período máximo de 365 dias, por motivo de doença.

De seguida os Srs. Vereadores usaram da palavra para discutirem o pedido, tanto do ponto de vista legal como do ponto de vista da necessidade de assegurar a governabilidade do concelho, sendo de realçar as recomendações do Sr. Vereador António Santos e do Sr. Vereador Carlos Logrado, para que os dois Vereadores do PS procurem criar consensos, evitando assim uma situação de instabilidade governativa.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira levantou a questão relativa à necessidade da doença invocada ser comprovada por atestado médico, no que foi acompanhado pelos restantes Vereadores da oposição.

Entretanto o atestado médico chegou à reunião e o Sr. Vice-Presidente deu-o a conhecer a todos os membros do executivo presentes, colocando de imediato à votação o pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira.

A Câmara apreciou o pedido, e tendo em conta que o motivo apresentado se enquadra no previsto no art.º 77º, n.º 3, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aceitar a suspensão do mandato do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, pelo período máximo de 365 dias.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente por entender que estão reunidas todas as condições legais, no entanto, chamo a atenção para o facto do pedido de suspensão ser de 365 dias e a justificação devidamente comprovada por atestado médico é somente de 30 dias."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

"Tendo em atenção que o pedido de suspensão é feito pelo período de 365 dias, e que a justificação apresentada apenas justifica tal período de suspensão por 30 dias, solicito que seja requerido à entidade competente parecer fundamentado sobre o presente pedido de suspensão."

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Uma vez que o período de suspensão é muito superior ao período do comprovativo da doença, entendo que a justificação de doença deve ser renovada todos os meses, e que a eventual não renovação tem que ser tomada como obrigatoriedade de o Presidente retomar funções.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Dado que o n.º 4 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro refere que a suspensão pode ser feita por uma só vez ou cumulativamente, entendo que a suspensão deveria ser com o mesmo número de dias da baixa, sendo que se a baixa fosse prorrogada, atendendo ao artigo citado, poderia voltar a prorrogar-se a suspensão.”

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente por entender terem sido preenchidos os pressupostos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Perante esta situação de suspensão por parte do Sr. Presidente eleito democraticamente nas últimas eleições de 2013, criou-se um novo paradigma para a governação do concelho. Espero, assim, que esta situação em nada afete a estabilidade e governabilidade do concelho.

Sempre entendi que quem ganhou as eleições deve governar em toda a sua linha, devendo a todo o momento criar laços de entendimento com as outras forças que têm assento na Câmara.

Aproveito esta oportunidade para desejar as melhoras rápidas ao Sr. Presidente Álvaro Pereira.”

O Sr. Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente o pedido de suspensão pelo período máximo e a respetiva comprovação legal, que de acordo com a lei das “baixas” não pode ir além dos 30 dias.”

2 - SUBSTITUIÇÃO NOS TERMOS DO Nº. 4 DO ART.º 76.º DA LEI N.º 169/99, REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002

Tendo em conta que a composição da Câmara Municipal se alterou, em virtude do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro eleito Sr. Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, a vaga ocorrida será preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, conforme previsto nos art.ºs 59º e 79º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Consultadas as listas definitivas dos partidos/coligações à eleição da Câmara Municipal para o quadriénio 2013/2017 verificou-se que, na ordem da lista do PS – Partido Socialista,

o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga é a **Sr.ª Dr.ª Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira**.

Dado que o referido membro substituto se encontra presente e aceitou a substituição, esta operou-se de imediato, depois de verificada a sua identidade e legitimidade, nos termos do previsto nos art.ºs 77º, n.º 7 e 76º, n.º 4 dos diplomas atrás citados.

Nos termos do art.º 57º, n.º 1 dos diplomas já mencionados, é Presidente da Câmara o primeiro candidato da lista mais votada.

O membro que deu origem à vaga, Sr. Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, era o primeiro candidato da lista mais votada para a eleição da Câmara Municipal, sendo por isso Presidente da Câmara.

Com o seu pedido de suspensão de mandato dá-se a vacatura do cargo, pelo que, nos termos dos já citados artigos 57º, n.º 1 e 79º, e tendo em conta que o candidato que se lhe segue na lista da respetiva coligação é o candidato imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga, o **Presidente da Câmara** passa a ser o **Sr. Paulo Jorge Campos Vicente**.

**3 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE.
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

698 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, preceitua no ponto A), n.º 3), que a mesma se aplica à assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o qual é fixado pela Lei do Orçamento de Estado de 2015, conforme deliberação anexa a este processo.

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DISU para a realização de concurso público com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia para o *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”*, atenta informação SS.31.2015 e requisição interna 14610, para o período previsto de 12 meses.

Considerando que, o preço base do procedimento ascende a 1.294.443,20 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo que não é possível a aplicação da autorização genérica prévia tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014 a este procedimento de contratação pública.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista a dotação de 520.000,00 euros, reduzida para 490.000 euros na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais, e 80.000,00 euros, para a assunção desta despesa nos anos de 2016 e 2017, respetivamente, no que respeita à ação 2014/A/3 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL - COMPONENTE DE ENERGIA.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista a dotação de 8.450,00 euros e 1.300,00 euros, para a assunção desta despesa nos anos de 2016 e 2017, respetivamente, no que respeita à ação 2014/A/4 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL - COMPONENTE DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista a dotação de 305.500,00 euros e 282.000,00 euros, para a assunção desta despesa nos anos de 2016 e 2017, respetivamente, no que respeita à ação 2014/A/9 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS EM BAIXA TENSÃO NORMAL - MERCADO LIVRE - COMPONENTE ENERGIA.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista a dotação de 6.500,00 euros e 6.000,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2016 e 2017, respetivamente, no que respeita à ação 2014/A/10 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS EM BAIXA TENSÃO NORMAL - MERCADO LIVRE - COMPONENTE DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista a dotação de 704.776,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2016 e 2017, no que respeita à ação 2014/A/156 - FORNECIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais nos anos de 2016 e 2017 relativos ao *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”*, para o período previsto de 12 meses, até ao valor de um milhão, quinhentos e noventa mil, cento e cinquenta e quatro euros e dez centimos, IVA incluído à taxa legal em vigor, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

699 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 10:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião